

EDITORIAL

A Revista Cadernos de Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão – UFMA publica 15 artigos no dossiê “A articulação da Educação Superior com a Educação Básica para o respeito às diversidades”, considerando que os dispositivos legais e as produções teóricas existentes demonstram que há uma caminhada nem tão recente e profícua sobre a matéria, no entanto, é indispensável que sejam mais amplamente divulgadas e discutidas, visando educar para o respeito aos Direitos Humanos.

O dossiê reúne pesquisadores/as das seguintes Instituições: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Universidade do Estado do Pará – UEPA, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Universidade Federal do Pará – UFPA, Secretaria Municipal de Educação de Belém – SEMED-BELÉM, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Faculdade de Tecnologia e Ciências- FTC, Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, Faculdade Sudoeste – UNIGRAD – Grupo Educacional, Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC-PA, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMT, Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Universidade Federal do Tocantins, Universidade Aberta de Lisboa-Portugal e Universidade de Victória, Columbia – Canadá.

Os/as leitores/as encontrarão artigos que tratam da educação e direitos humanos, formação de professores, educação infantil, educação e diversidade cultural, relações étnico-raciais, concepções de corpo, questões de gênero, educação indígena, educação especial, gestão escolar, extensão universitária, intergeracionalidade e interculturalidade.

Kilza Fernanda Moreira de Viveiros, no artigo “Educação, Direitos Humanos e formação de professores: reflexões e proposições”, analisa a relação da educação, direitos humanos e a formação de professores para atuarem na educação básica. Aborda a relação entre o poder político e a sociedade a partir da análise do Estado como instância promotora de direitos e pelos mecanismos que ele se apodera para forjá-los na educação.

Talita Santana Maciel e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, em “Concepções acerca da Educação em Direitos Humanos: um estudo com professores de educação infantil”, debatem sobre concepções desses professores acerca da educação em direitos humanos, que se constitui em campo de estudos e subárea da educação reconhecida por meio de políticas públicas nacionais, documentos internacionais, e que representa a luta pela efetivação de uma cultura de direitos humanos.

Márcia da Silva Carvalho e Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva, em “Educação Básica na Amazônia: as águas da diversidade inundando as escolas ribeirinhas”, trazem para debate a importância da educação básica em conexão com toda biodiversidade do vasto território amazônico e as salas de aula, atentando para a necessidade da formação inicial e continuada de professores de forma intercultural referenciando os cenários de diversidades da Amazônia.

Antônio Carlos Mazzetti, Josiane Carine Wedig e Marlize Rubin Oliveira, no texto “Interseccionalidade de gênero, raça e classe: uma análise da Educação Superior no Brasil”, analisam como a racionalidade moderna/colonial impôs relações hierárquicas e interseccionais de gênero, raça e classe que estruturaram a Educação Superior (ES) brasileira. A partir da perspectiva decolonial, examinam a passagem da colonização para a colonialidade e as consequências produzidas pelas opressões, exclusões e encobrimentos de inúmeros grupos e sujeitos. Além disso, buscam identificar, nesse processo, focos e movimentos de resistência.

Marcela Silva da Conceição e Wilma de Nazaré Baía Coelho, no artigo “A discussão das relações étnico-raciais nos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste (2009-2016)”, objetivam conhecer a discussão das relações étnico-raciais nos referidos Programas, no período em tela, através do levantamento da produção intelectual docente, da análise da estrutura e da organicidade dos mesmos. Por meio deste estudo, as autoras visam auxiliar no reconhecimento do *modus operandi* dos Programas de Pós-graduação do Nordeste brasileiro frente às exigências dos marcos legais relacionados à diversidade e, especificamente, as relações étnico-raciais.

Nubia Regina Moreira e Thaís Teixeira Cardoso, em “Mulheres negras em marcha contra o racismo, a violência e pelo bem viver: indícios para um currículo antirracista”, analisam como o lema da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e o Bem Viver (2015) se apresenta como uma proposição teórico-política de um novo pacto civilizatório para a sociedade brasileira, proveniente do acúmulo da luta antirracista e feminista negra. Trazem para reflexão as organizações das mulheres,

representadas pela Marcha, como produtoras de uma gramática que converge para uma pedagogia feminista negra. A Carta das Mulheres Negras, fruto da Marcha das Mulheres Negras, constitui o campo empírico do estudo.

Alda Margarete Silva Farias Santiago e Diomar das Graças Motta, em “Memória e História dos EMEMCES: perspectivas da articulação da educação superior e educação básica com o respeito às diferenças”, realizam estudo sobre as edições do Encontro Maranhense sobre Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (EMEMCE), que se constituíram em importante veículo difusor das experiências das mulheres em âmbito local, nacional e internacional. O registro desse evento mostra a participação das mulheres na construção da história da educação, em diferentes contextos e épocas.

Margareth Rocha Lima Matos e Nilma Margarida de Castro Crusoé, no artigo “Concepções atribuídas ao corpo pelas professoras do primeiro ano do Ensino Fundamental”, travam discussões sobre corpo, no primeiro ano do Ensino Fundamental, mais especificamente, sobre concepções de corpo, pelas professoras dessa fase escolar.

Jucélia Linhares Granemann de Medeiros e Sonia Grubits, em “Educação indígena: escolarização e políticas voltadas à área de educação especial”, visam mapear o processo de inclusão de alunos indígenas com deficiências na escola, estimulando a luta pela implantação de atendimentos e serviços especializados na área de educação especial a essa população.

Thalita Cristina Prudencio Amorim, Fernanda Oliveira Castro e Roberto Gimenez, em “Os surdos no Ensino Superior: uma visão intercultural – Brasil e Portugal”, analisam as vivências de alunos surdos no ensino superior. Abordam as especificidades da pedagogia, da cultura e da língua viso espacial dos surdos, e preconizam uma mediação facilitadora da autonomia desses alunos na construção do conhecimento, favorecendo às interações sociais e pedagógicas.

Silvana Maria Moura da Silva e Joice Fernanda Pinheiro, no artigo “Concepções de professores sobre a inclusão de alunos com deficiência visual na Educação Superior”, tratam sobre as concepções dos professores em relação à inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Maranhão, evidenciando ser necessário garantir a eles o desenvolvimento de suas potencialidades, tirando o foco da deficiência.

Adelice Sueli Braga Delgado, Tânia Regina Lobato dos Santos, Kátia Maria dos Santos Dias e Ely do Socorro Oliveira de Medeiros, no texto “Política Nacional de

Formação Continuada: experiência formativa em Belém-Pará”, analisam uma experiência de proposta de curso vinculada a uma política nacional de formação de professores, tomando por base duas categorias: reflexões sobre a formação de professores e a prática pedagógica; aprendizagens proporcionadas pelo curso de formação continuada de professores. Essas categorias são oriundas da análise das falas de egressas do curso mediante sessões de grupo focal.

Ana Lúcia Cunha Duarte, em “Gestão escolar democrática: da academia à percepção dos gestores escolares”, reflete sobre a percepção dos gestores escolares da rede de ensino público municipal de São Luís sobre gestão democrática e suas implicações no ensino ofertado da educação básica. Reconhece a garantia de seu exercício na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/96, Planos Nacionais de Educação (PNE) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de formação de professores.

Renata Borja e Maria Natália Ramos, no artigo “Atitudes e crenças relacionadas ao sucesso em diferentes gerações: perspectivas intergeracional e intercultural”, investigaram o significado pessoal de *bem-sucedido*, assim como as crenças e os comportamentos individuais de *autoconceito*, *autoestima*, *capacidade*, *otimismo*, *pessimismo*, *preocupações*, *perfeccionismo*, *hábitos de organização*, *planejamento* e *capacidade de distribuição do tempo*.

Ianed da Luz Sousa, Rosária Helena Ruiz Nakashima e Jutta Gutberlet, em “A extensão universitária: espaço de comunicação e de transformação social”, problematizam a relação da extensão universitária dialógica e emancipatória com as metodologias participativas, no contexto atual do ensino superior público, a partir da análise de três ações extensionistas, realizadas na Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus de Araguaína.

Assim, os/as leitores/as terão a oportunidade de ingressar em estudos sobre as diversidades, envolvendo questões étnico-raciais, de gênero, entre outras, e a articulação entre a Educação Superior e a Educação Básica.

Iran Maria Leitão Nunes - UFMA

Ivanilde Apoluceno de Oliveira - UEPA

Núbia Regina Moreira – UESB

(Organizadoras)